
	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 1710/2025
	TERMO DE REFERÊNCIA			FOLHA:
	(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			RÚBRICA:

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021):

1.1. Descrição do objeto: Contratação futura e eventual de empresa especializada em serviços de arbitragem desportiva para diversos eventos e modalidades, em atendimento a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Trajano de Moraes RJ.

Especificação do serviço/quantitativos/valores pesquisados:

1.2

GRUPO 2 – COTA RESERVADA PARA A PARTICIPAÇÃO DAS MPE (LFC 123/06 – ART. 48, III)					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATSERV	MARCA DE REFERÊNCIA
01	Quarteto de arbitragem para futebol	Unidade	50	Não informado	Não informado

GRUPO 1 – ITENS EXCLUSIVOS PARA A PARTICIPAÇÃO DAS MPE (LFC 123/06 – ART. 48, I)					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATSERV	MARCA DE REFERÊNCIA
02	Quarteto de arbitragem para campeonato de futsal	Unidade	30	Não informado	Não informado
03	Quarteto de arbitragem para vôlei	Unidade	22	Não informado	Não informado

GRUPO 3 – COTA PRINCIPAL ABERTA PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATSERV	MARCA DE REFERÊNCIA
04	Quarteto de arbitragem para futebol	Unidade	150	Não informado	Não informado

13 . Enquadramento dos bens:



1.3.1 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1710/2025 FOLHA: RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

2.1. Interesse público: As atividades esportivas devem ser sempre de caráter coletivo e público, com o objetivo de promover a integração social. O planejamento da gestão da Secretaria visa, de forma contínua, a realização de eventos que proporcionem a união e o engajamento da comunidade. Para que esse planejamento seja eficaz, é fundamental contar com o apoio e os recursos necessários, conforme mencionado neste requerimento, para garantir o sucesso e a sustentabilidade das atividades esportivas.

2.2. Metodologia do quantitativo: A metodologia utilizada se refere ao levantamento feito pela Secretaria de Esporte e Lazer que através de sua base de dados estipulou as quantidades acima solicitadas para esta aquisição de acordo com memorial de calculo dos eventos que acompanha este termo anexo.

Importante ressaltar que as quantidades acima informadas estão sendo calculadas de modo de previsibilidade de partidas esportivas, da maneira pela qual nos garante que teremos total cobertura das necessidades.

2.3. Justificativa do Quantitativo solicitado: A aquisição é para atender a demanda de solicitações da Secretaria, para que possam trabalhar de forma a que venham a ter resultados eficazes, à grande necessidade de realizar as atividades esportivas tradicionais em todas as localidades do município.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021):

3.1. Estudo Técnico Preliminar nº59 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021):

4.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

4.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.

4.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021):



5.1. A Secretaria de Esportes, em seu planejamento estratégico, estabelece metas esportivas a serem atingidas, com ênfase no desenvolvimento de atividades competitivas que, por sua vez, impulsionam o comércio local. Além disso, busca ações integradoras voltadas para a juventude, promovendo saúde, entretenimento e lazer. A contratação dos serviços mencionados é fundamental para garantir a qualidade e a profissionalização das competições. A solução identificada para atender a essa necessidade é a contratação de uma empresa especializada em arbitragem esportiva, atuante e experiente neste setor, que deverá possuir capacitação adequada e qualificação técnica reconhecida.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

Página 2 de 16

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1710/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

5.2. As despesas relativas a contratação como: transporte, alimentação e outros em alusão as condições para a realização dos serviços aqui citadas deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

5.3. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

A Administração pretende alcançar com essa contratação os seguintes resultados: Fomentar o esporte, promovendo competições em diversas modalidades. Para garantir a excelência dessas competições, é fundamental investir na qualidade da arbitragem, que é um fator determinante para o sucesso dos eventos.

5.3.1. Para a contratação de serviços de arbitragens desportivas, é importante seguir algumas etapas e considerações:

A contratação de empresa especializada em arbitragem esportiva visa assegurar que os resultados obtidos atendam aos objetivos e expectativas das partes envolvidas. Para tanto, as partes esperam alcançar, em especial, os seguintes resultados:

1. **Imparcialidade e Neutralidade**

A empresa de arbitragem compromete-se a assegurar a imparcialidade e neutralidade do processo decisório, garantindo que as decisões sejam proferidas sem qualquer favorecimento a qualquer uma das partes envolvidas, conforme os princípios de justiça e equidade.

2. **Expertise Específica**

A contratação de uma empresa especializada em arbitragem esportiva é fundamentada na necessidade de garantir que os árbitros possuam conhecimento técnico e aprofundado das regras e regulamentos específicos do esporte em questão, visando a aplicação correta e justa das normas pertinentes.

3. **Manutenção de Relacionamentos**

Considerando a natureza das disputas no âmbito esportivo, a arbitragem deverá ser conduzida de forma a minimizar a adversidade, promovendo a resolução dos conflitos de maneira que permita a continuidade de bons relacionamentos entre as partes, preservando, assim, a colaboração futura entre elas.

4. **Redução da Incerteza**

O procedimento de arbitragem tem como finalidade fornecer decisões finais e conclusivas, contribuindo para a redução da incerteza quanto ao resultado das disputas e possibilitando a definição clara dos direitos e obrigações das partes.

5. **Preservação da Integridade do Esporte**



A empresa contratada se compromete a garantir que todas as disputas sejam resolvidas de maneira justa, em conformidade com os valores e regulamentos do esporte, buscando sempre preservar a integridade e os princípios fundamentais do esporte.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

Página 3 de 16

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 1710/2025	
	TERMO DE REFERÊNCIA		FOLHA: 	
	(<input checked="" type="checkbox"/>)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO		RÚBRICA: 	

A presente contratação destina-se a assegurar a oferta contínua de serviços de arbitragem durante os Campeonatos Municipais e eventos esportivos promovidos pelo Departamento Municipal de Esportes, sob a supervisão direta do Coordenador do Departamento, conforme a demanda de eventos a serem realizados.

5.4. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): não serão exigidos.

5.5. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021):

6.1. Os serviços serão parametrizados pelo número de partidas, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar. Não foram estabelecidos por um plano anual de contratação; o quantitativo está definido pelas competições tradicionais das localidades, que, por sua vez, determinam o planejamento da contratação que o sustenta.

O objeto deste Termo de Referência não têm impacto ambiental significativo, e sua sustentabilidade não exige um esforço administrativo complexo para buscar soluções com o propósito de reduzir esses impactos. Os serviços a serem realizados provêm e garantem que todos os munícipes, independentemente de sua origem ou condição, tenham os mesmos direitos e oportunidades. Isso significa tentar diminuir as desigualdades e garantir que todos possam acessar práticas esportivas, contribuindo para a saúde mental e física, além de manter um padrão de vida digno.

6.2. Indicação de marcas ou modelos: Não será exigido.

6.3. Da vedação de contratação de marca ou produto: Não será exigido.

6.4. Da exigência de amostra: Não será exigido

6.5 Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

6.6. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021).

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1710/2025 FOLHA: <hr/>
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA: <hr/>
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

O representante da empresa, devidamente credenciado por meio de documento autenticado, deverá ser apresentado no local das competições para monitoramento dos serviços e verificação dos resultados. O objetivo é sanar ocorrências relacionadas, verificar as estratégias e o plano de fiscalização das competições, evitando transtornos eventuais que possam ocorrer durante as partidas.

7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.

7.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021):

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

8.3. Condições de execução:

8.3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: 365 (trezentos e sessenta cinco) dias contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;
- b) Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: (As competições tradicionais do município serão definidas por tabela, com datas a serem estabelecidas no decorrer do exercício. Os períodos ocorrerão semanalmente, preferencialmente aos finais de semana.)
- c) Cronograma de realização dos serviços:

As etapas serão definidas por uma tabela de jogos com períodos estabelecidos, a partir da divulgação e comunicação à empresa contratada. Após a conclusão, será emitido um relatório circunstanciado, detalhando a execução dos serviços.



8.3.2. Local e horário da prestação dos serviços:

a) A prestação dos serviços ocorrerá no endereço indicado nas localidades do município, conforme o cronograma de competições que serão definidos no decorrer do exercício. As datas e horários

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1710/2025 FOLHA: RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

serão definidos posteriormente, na ocasião das competições, quando também serão informados os endereços dos locais dos jogos.

b) Os serviços serão prestados no seguinte horário: Será realizado em conjunto com os dirigentes dos times, entre as possibilidades de jogos noturnos, sempre que possível. A divulgação será informada à empresa contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

8.3.3. Rotinas a serem cumpridas

a) A execução contratual observará as rotinas abaixo:

As rotinas correspondem sempre à tabela de jogos de cada competição esportiva, podendo haver mais de uma competição no mesmo período, conforme a organização das competições.

Materiais a serem disponibilizados:

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e utensílios necessários, característicos da arbitragem esportiva, uniformes e utensílios próprios.

É necessário ter pessoal devidamente capacitado, com uma apresentação condizente com a postura típica da arbitragem, bem caracterizada para manter a devida postura.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

9.1. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não será exigida garantia contratual, uma vez que o contrato não possui a complexidade que justifique a necessidade de assistência técnica.

10. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

10.1. Obrigações Da Contratada:

a) Credenciar, junto a Administração, preposto para representá-lo e atender às requisições efetuadas pelo Gestor da contratação;

b) Prestar os serviços conforme especificações, prazos e nos locais previstos neste TR, Edital e seus Anexos, em perfeitas condições e de acordo com procedência e prazo de garantia ou validade consignada em sua Proposta Comercial, acompanhados da respectiva nota fiscal.

c) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio desta Prefeitura, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência do fornecimento de bem em desacordo com as especificações deste TR, Edital e seus Anexos, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis;

d) Promover por sua conta, por meio de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto, bem como responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras obrigações que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;



e) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização, atendendo as medidas técnicas e administrativas determinadas por aquela;

f) Cientificar imediatamente a Fiscalização sobre qualquer ocorrência anormal que afete o a realização dos serviços;

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1710/2025 FOLHA: RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

h) Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização;

j) Manter, durante toda vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

k) Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei nº 14.133/21;

l) Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o bem a ser fornecido.

10.2. Obrigações da CONTRATANTE:

a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do serviço, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da Prefeitura, no trato de questões relacionadas à execução do objeto;

b) Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da **CONTRATADA**;

c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem fornecido perante as especificações constantes do TR e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

d) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, de forma a verificar a sua perfeita execução;

e) Manter, mediante Fiscalização, registros e documentos de controle relacionados com a realização dos serviços;

f) Notificar formalmente a **CONTRATADA** por ocorrências de eventuais ocorrências no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

g) Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste Termo de Referência, no edital de licitação e demais anexos;

h) Verificar, durante a vigência do contrato, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Efetuar o pagamento do prestador, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital de licitação e seus anexos;

j) Sustar, no todo ou em parte, a execução do serviço, sempre que a medida for considerada necessária;



k) não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021):

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		<p>PROCESSO: 1710/2025</p> <p>FOLHA:</p>
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			<p>RÚBRICA:</p>
<p align="center">(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso):

Fiscal do futuro contrato: Robson Lima dos Santos/Mat: 4171

Gestor do futuro Contrato: Robson Lima dos Santos/Mat: 4171

Fiscalização Técnica

11.4. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.5. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das ocorrências observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

11.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

11.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

11.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

11.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

11.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



Gestor do Contrato

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

Página 8 de 16

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1710/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

11.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

11.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

11.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

11.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

11.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021):

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.



12.3. A avaliação da execução do objeto utilizará um Instrumento de Medição de Resultado, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

12.3.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1710/2025 FOLHA: RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

12.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, [de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

12.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

12.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

12.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

12.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos a contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

12.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



12.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

12.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 1710/2025 FOLHA: RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA			
(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

12.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

12.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



12.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO</p> <p align="center">MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</p> <p align="center">GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</p> <p align="center">PÚBLICAS</p> <p align="center">NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 1710/2025	
	TERMO DE REFERÊNCIA		FOLHA: 	
	(<input checked="" type="checkbox"/>)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO		RÚBRICA: 	

13.1. A aquisição do objeto será realizada através de Sistema de Registro de Preços?
(X) SIM ou () NÃO

13.1.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do **Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, garantindo assim a obtenção de propostas mais vantajosas economicamente. Este critério de julgamento assegura que a contratação será realizada com a proposta de menor valor por unidade, proporcionando uma gestão eficiente dos recursos públicos. Ademais, a metodologia de menor preço unitário fomenta a competitividade entre os licitantes e a transparência no processo de seleção. A escolha desse critério está em conformidade com a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.

13.1.2 ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO:

13.1.3 A aquisição ocorrerá mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4 A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer durante a vigência da ata de registro de preços poderá **conceder adesão a ata de registro de preços**, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.1.5 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.1.6 Justifica-se a permissão para adesão a Ata originária do Sistema de Registro de Preços por estar demonstrado que possui inúmeras vantagens em comparação a licitações que não adotam esse procedimento. A presente aquisição visa atender às necessidades por estimativa, conforme a demanda dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. A opção por entrega fracionada justifica-se pela necessidade de adequar o fornecimento à real demanda dos serviços, evitando assim desperdícios e garantindo uma gestão orçamentária mais precisa e eficiente.

a. Economicidade e Eficiência: A entrega fracionada dos materiais permite um controle mais rigoroso dos gastos públicos, uma vez que os pagamentos serão realizados conforme o consumo real. Essa prática está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, fundamentais na administração pública, uma vez que se evita a imobilização de recursos financeiros em estoques desnecessários.

b. Ajuste à Demanda Variável: A demanda da entrega dos materiais pode variar ao longo do período de fornecimento, seja em função de variações no número de consumo no período. A possibilidade de ajuste no fornecimento de acordo com a demanda permite maior flexibilidade e adequação às necessidades reais, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.



c. Melhoria na gestão de recursos: A fragmentação das entregas contribui para uma melhor gestão dos recursos, tanto humanos quanto materiais, pois permite um planejamento mais detalhado e o acompanhamento constante das necessidades e dos estoques. Além disso, evita o armazenamento de materiais que poderia ocorrer caso fossem adquiridos em grandes quantidades sem a devida necessidade.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

Página 12 de 16

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 1710/2025 FOLHA: RÚBRICA:
	TERMO DE REFERÊNCIA			
	(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			

d. Conformidade Legal e Transparência: A adoção de práticas que promovam a eficiência, a economicidade e a transparência na administração pública está em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela legislação vigente. A fragmentação das entregas, além de proporcionar uma melhor adequação às necessidades do serviço público, reforça o compromisso com a boa gestão dos recursos públicos e a transparência das ações administrativas.

Assim, a presente solicitação de serviços, com realização fracionada, é uma medida estratégica e necessária para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, garantindo a prestação dos serviços públicos com qualidade, responsabilidade e dentro dos parâmetros legais.

13.1.7 O procedimento relacionado ao SRP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a legalidade e a transparência do processo de compras públicas. A legislação estabelece que a prorrogação da Ata atenda às condições de interesse público e às disposições estabelecidas no instrumento original.

13.2. Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Da Habilitação Jurídica

13.2.1. No caso de Empresa Individual:

a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

13.2.2. No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

13.2.3. No caso de sociedade civil.

a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

13.2.4. No caso de empresa estrangeira.

a) Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

13.2.5. No caso de cooperativa:

a) Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;

b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital,

13.2.6. No caso de microempreendedor individual:



a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.

13.2.7 No caso de consórcio de empresas:

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO</p> <p align="center">MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ</p> <p align="center">GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES</p> <p align="center">PÚBLICAS</p> <p align="center">NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO: 1710/2025	
	TERMO DE REFERÊNCIA		FOLHA: 	
	(<input checked="" type="checkbox"/>)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO		RÚBRICA: 	

- a). A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b). Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- c). A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;
- d). A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;
- e). A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.
- f) A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

13.3 Em todos os casos:

a) Declaração Conjunta - **Anexo V**.

Da comprovação da qualificação técnica

13.3.1 Comprovação de aptidão para a realização similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

13.3.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

13.3.3 O prestador disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

13.3.4 Apresentação de Declaração formal sob as penas da lei de que todos os oficiais de arbitragem que compõem o quarteto possuem curso de formação de arbitragem expedido por entidades devidamente reconhecidas por lei. A licitante deverá apresentar em anexo esta declaração.

Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

13.4 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

13.4.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



13.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

Página 14 de 16

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		<p>PROCESSO: 1710/2025</p> <p>FOLHA:</p>
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			<p>RÚBRICA:</p>
<p align="center">(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

13.4.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.4.7. Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

13.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Da Habilitação Econômico-Financeira

13.5. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

13.5.1. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

13.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

14.1. Consórcios

a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.

b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes por todos os atos praticados pelo consórcio;

c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

14.2. Cooperativas

a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021):



16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 169.245,00 (Cento e sessenta e nove mil e duzentos e quarenta e cinco reais).**

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021):

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>			PROCESSO: 1710/2025
	TERMO DE REFERÊNCIA			FOLHA:
	(X)PMTM ()SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO			RÚBRICA:

17.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
Secretaria Municipal Esporte e Lazer	21002781220262017	33903900	17040000	146

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. Conforme explanado constata-se que a solução mais adequada ao atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Trajano de Moraes/RJ, é a realização de certame licitatório, visando o atendimento das necessidades dessa Secretaria, minimizando os efeitos de uma impossibilidade da realização dos eventos esportivos.

18.2. O presente TR foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria e será parte integrante do edital da licitação a ser instaurado para viabilizar a contratação de empresa devidamente qualificada e que apresente o melhor preço para a realização dos serviços aqui demandados.

18.3. As empresas interessadas em participar da licitação serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da sua ausência.

19. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA:

19.1. Compõe como Anexos a este TR os seguintes documentos:

ANEXO I – Memória de Cálculo

Trajano de Moraes, 18 de agosto de 2025. Marcelo Dias Pinheiro Mat:4428 Renato Martins Bueno Mat: 4412	<p align="center">De acordo com Termo de Referência.</p> <p align="center">Hugo Canes Peçanha de Moraes Secretario Municipal de Esporte e lazer</p>
--	---

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro - Trajano de Moraes - RJ.

Página 16 de 16